

A ACTIVAÇÃO DO PATRIMÓNIO COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL. O CASO DE UMA ALDEIA EM TERRAS DE BASTO.

Jorge Moreira*, Orlando Simões** e Miguel Malta***

* Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS)
Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), Bencanta, 3040-316 Coimbra
e-mail: jmoreira@esac.pt

** Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS)
Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), Bencanta, 3040-316 Coimbra
e-mail: orlando@esac.pt

*** Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS)
Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), Bencanta, 3040-316 Coimbra
e-mail: mmalta@esac.pt

Palavras-chave: Património construído, Desenvolvimento local, Financiamento, Travassos.

Resumo. *O património rural, mormente o construído, tem surgido no centro de diferentes estratégias de desenvolvimento para territórios rurais em declínio. A sua activação, pela aplicação de alguns mecanismos de financiamento, procura esbater problemas e potenciar valências. Dar conta deste processo é o objectivo primacial deste artigo, que apresenta um estudo de caso efectuado na aldeia de Travassos, Mondim de Basto, e que incidiu na análise da aplicação da subacção 7.1 da Medida AGRIS. Este mecanismo possibilitou um claro incremento na qualidade de vida da população local, o ressurgimento de sentimentos de auto-estima e pertença e a preservação da traça vernacular.*

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo pretende-se perceber a importância da recuperação e valorização do património rural num contexto de desenvolvimento local, através da análise da aplicação de um instrumento de financiamento específico. Foi assim analisada a aplicação da subacção 7.1 da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais, comumente designada por Medida AGRIS, e do seu instrumento operacional, o Plano de Intervenção (PI)¹.

Foram objectivos específicos deste trabalho: a) identificar o interesse, motivações e expectativas dos actores envolvidos no processo; b) analisar o processo de abordagem às populações utilizado pelas instituições promotoras de PI; c) identificar os principais problemas com que se debatem os vários actores; d) identificar os principais impactos decorrentes da realização de acções de valorização patrimonial; e, por fim, e) identificar propostas alternativas de intervenção em iniciativas/projectos de recuperação / valorização do património rural.

O trabalho começa por fazer um enquadramento dos seus objectivos no contexto da valorização do património rural, desenvolvendo depois a análise do caso concreto da aldeia de Travassos, no Concelho de Mondim de Basto.

DO RURAL AO PATRIMÓNIO RURAL

Com particular incidência nos países mais industrializados, os meios rurais experimentaram transformações significativas após a Segunda Guerra Mundial que, na maior parte dos casos, conduziram ao desaparecimento físico e simbólico de localidades tipificadas como rurais (Peixoto, 2002). De facto, a agricultura, a sociedade e o espaço rural atingiram, em meados do Século XX, o seu auge em Portugal. Até então, e desde meados do Século XIX, verificou-se a multiplicação de aldeias e lugares numa estabilidade volúvel, que se quebrou verificadas as condições para a ocorrência de fenómenos migratórios (Cavaco e Ramos, 1994). A vida nas áreas rurais assentava na população agrícola, que utilizava todo o espaço disponível, incluindo os incultos, para a sua actividade (Baptista, 2001).

Se até à década de 70 o sector agrícola era responsável pela maior parte dos empregos e dos rendimentos e era o centro da acção antropogénica na paisagem, vários fenómenos desencadearam um rápido processo de transformação da agricultura e do mundo rural português (Moreira, 2005): os diversos movimentos migratórios nos anos 60 e 70; o fenómeno da litoralização; a democratização da sociedade portuguesa; a adesão à União Europeia e as consequências daí decorrentes (abertura das fronteiras, mudanças nas estruturas económicas e condições de vida e adopção da Política Agrícola Comum - PAC).

¹ O PI “a apresentar por uma ou mais entidades promotoras, constitui um instrumento operacional, destinado a um pequeno aglomerado populacional rural, com uma duração máxima de três anos” (Circular de Aplicação da Subacção 7.1).

Com estas alterações, agricultura, sociedade e espaço rural passam a percorrer caminhos divergentes (Baptista, 2001). Surgem então os “*territórios problema*” que, segundo Covas (1999, p.9), são constituídos por “*pessoas, recursos e territórios devolutos, classificados como ineficientes à luz dos critérios vigentes e dominantes*”.

É neste contexto que o desenvolvimento rural se torna um dos pilares da PAC, sendo aqui entendido como “*a melhoria das condições de vida das populações residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade (conservação; condições de competitividade dinâmica/duradoura), participação democrática e responsabilidade cívica*” (Cordovil, 1997, p.6). As políticas e medidas determinadas pela Comunidade para o mundo rural passaram a desenvolver-se segundo uma perspectiva integrada ou multisectorial, assente nas realidades locais (Carvalho, 2001), nas quais o reforço das economias locais passou a contemplar o rural não agrícola (Barros, 2003).

Foi também este contexto que determinou que o património cultural tenha sido, e continue a ser, uma estratégia importantíssima nos processos de desenvolvimento rural um pouco por toda a Europa (Pérez, 2003). Segundo Guillaume (2003), o património tem tendência para se generalizar a toda a realidade, do inerte ao vivo, do passado ao presente, do corpóreo ao incorpóreo. Neste trabalho, adopta-se o critério de Brito (2003), que identifica quatro grandes planos relativamente ao património de cariz rural: a) a paisagem; b) as arquitecturas; c) os saber-fazer e, por fim, d) a linguagem, os rituais e as narrativas.

Para Cordovil (1997), a conservação de um abrangente leque patrimonial, nomeadamente do edificado, das identidades culturais e dos saber-fazer, constitui uma condição *sinæ qua non* para o desenvolvimento de áreas rurais marginais. Em reforço desta ideia, importa salientar a opinião de Carvalho (2001) que considera que a defesa e valorização do património rural é importante para a afirmação dos territórios e o fortalecimento da auto-estima das populações, uma vez que a existência de uma paisagem harmoniosa e atraente, com identidade vincada, torna os territórios potencialmente atractivos, contrariamente a um território uniforme e vago, que cria psicologias de fuga. Por outro lado, a recuperação do património rural edificado possibilita que se criem condições de conforto, higiene e qualidade ambiental, essenciais ao desenvolvimento de lugares e aldeias onde ainda permaneçam pessoas (Cavaco e Ramos, 1994). Por fim, em termos práticos e imediatos, este tipo de intervenção poderá trazer consigo, através de um número significativo de intervenções, a reintrodução de técnicas arcaicas e a reinstalação de pequenas indústrias ou manufacturas locais subsidiárias, como o fabrico artesanal de telhas de canudo, o travejamento, o corte e conseqüente labuta de pedra, a cal, as portas e caixilharias de madeira, etc. (Alvarez, s.d.). Para Monteiro (2003), este recente e intenso processo de patrimonialização experimentado pelo mundo rural português, possibilita em muitos casos a reconversão económica e social de vastos territórios.

A activação do património deve ser olhada segundo uma perspectiva horizontal, integrada, multisectorial e pluridisciplinar, daí que se revele crucial a participação e existência de uma estratégia concertada entre os diversos actores locais, populações, autarquias, associações de desenvolvimento local/rural, etc. (Moreira, 2005).

Segundo a CCRC (s.d.), o uso do património para a activação de meios de vida e capacidades de fixação deve constituir o grande princípio mobilizador a ser partilhado por um crescente número de parcerias privadas, públicas e associativas. No entanto, a população, enquanto agente activo e destinatário do próprio desenvolvimento, permanece como *o recurso fundamental* (Cavaco, 1999), pelo que a sua participação deverá ser valorizada e sobre ela não deverão existir limites (Portela, 1979). Para Menéres (1987), só a participação das populações, enquanto experiência ou demonstração de consciencialização cívica, pode defender todo o legado cultural e a sua correcta utilização. O património desempenha assim um papel importantíssimo ao nível do exercício da cidadania (Carvalho, 2003). Por outro lado, reportando-nos à experiência de Pérez (2003, p.240) em Allariz, na Galiza, constata-se que “*a convergência das vontades políticas locais e translocais pode constituir o sucesso duma experiência de desenvolvimento integral.*” Já para Peixoto (2002), só uma estrutura suficientemente profissionalizada poderá efectuar eficazmente um processo de patrimonialização, dado que este acarreta custos financeiros, reconhecimento formal dos bens patrimoniais, procedimentos de candidatura, acções de promoção e rentabilização e determinados conhecimentos técnicos.

O turismo, as novas formas de lazer e as segundas habitações² em meio rural surgem, muitas vezes, como oportunidades para a recuperação e salvaguarda do património. Para Cavaco e Ramos (1994), as unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) e as segundas habitações são muitas vezes a única forma de recuperar e preservar algum património construído abandonado. O TER assume um papel relevante na “*conservação e gestão da diversidade das paisagens naturais, históricas e culturais, com as suas aldeias e lugares – e do património edificado, com os seus traços arquitectónicos próprios, que são aliás motivos de atracção turística*” (Cavaco, 1999, p.44). Contudo, no caso da implementação do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento associado à recuperação do património, para o sucesso da iniciativa necessita-se, nas palavras de Pérez (2003, p.242), de uma “*patrimonialização feliz*”, atendendo a que o turista não pretende encontrar-se com “*misérias*”, mas sim contactar com espaços aprazíveis. O mesmo autor refere que a reconstrução de uma identidade, actuando sobre o património cultural para um consumo turístico, possibilita uma economia do conhecimento e da paisagem, o que, segundo Peixoto (1997), corrobora a patrimonialização e a turistização enquanto fenómenos potenciadores de reprodução e revitalização sócio-económica de zonas rurais marginais. Não obstante, a associação destes fenómenos leva Figueiredo (2003, p. 538) a considerar que as “*áreas rurais, sobretudo as mais profundas e remotas, tendem a constituir-se como lugares de identidade ficcionada*”, para consumo dos urbanos. Em último caso, e segundo a CCRC (s.d.), centrando-nos no caso das Aldeias Históricas de Portugal, o desenvolvimento de uma estratégia turística assente na valorização patrimonial deve tornar as aldeias em locais visitáveis, mas também habitáveis, sendo que só com a definição de estratégias sócio-económicas e de dinamização cultural é que se pode travar a desertificação e a degradação, reforçando a identidade e a auto-estima das populações.

² “*Por segunda habitação entende-se a habitação de férias e/ou fins-de-semana, não ocupada permanentemente e utilizada como espaço de lazer. A noção de segunda habitação traduz, deste modo, uma realidade vulgarmente também designada por residência secundária*” (Castelo e Ferreira, 1991, p.1).

Também o fenómeno da residência secundária (protagonizado por população urbana e/ou migrantes) é indutor de transformações sociais nos espaços rurais, gera novas dinâmicas no seio da vida local (Castelo e Ferreira, 1991) e contribui para o desenvolvimento das economias locais (Cravidão, 1989 cit. por Carvalho, 2001). Todavia, este fenómeno não é, nas palavras de Cavaco e Ramos (1994), por si só suficiente para representar uma reestruturação completa dos espaços rurais, uma vez que a presença esporádica e fugaz de habitantes ocasionais, no espaço e no tempo, não é suficiente para sustentar actividades, populações, equipamentos, infra-estruturas e serviços locais.

O património é ainda utilizado para a reconstrução de identidades (Pérez, 2003), enquanto memória colectiva do povo (Menéres, 1987), uma vez que permite ao Homem saber, ver e sentir de onde veio, para traçar o seu futuro (Alvarez, s.d). Por outro lado, pode ser utilizado segundo a sua dimensão cognitiva enquanto recurso para o desenvolvimento (Filipe, 1998 cit. por Carvalho, 2003). No caso específico do património rural construído, este é, nalguns casos, chamado a destacar-se como núcleos de um projecto museológico que contempla a interpretação do espaço onde estas foram edificadas (Brito, 2003). Como diria Pérez (2003, p.236), “*muselizou-se o território e territorializou-se o museu*”.

Em resumo, como recurso para o desenvolvimento das mais variadas actividades num contexto multifuncional e pluriactivo, ou até mesmo enquanto documento histórico com funções de elemento identitário e diferenciador, o património deve ser utilizado para amenizar as fragilidades que afectam o mundo rural português, social, demográfica e economicamente debilitado, culturalmente desvirtuado e estruturalmente atrasado (Moreira, 2005).

Foi com estes fundamentos de base que se partiu para a elaboração da presente análise. Em termos metodológicos, o trabalho de campo dividiu-se em três fases. Numa primeira fase, pelo recurso a uma análise documental, estudaram-se detalhadamente 10 PI, dos 39 aprovados para a região do Entre Douro e Minho.

A segunda fase consistiu em visitas exploratórias a 5 dos PI analisados na fase precedente. No decurso desta fase foram inquiridos elementos responsáveis pela implementação dos PI (técnicos de autarquias, técnicos de associações, autarcas, etc.) e habitantes das zonas de intervenção, nomeadamente os proponentes de índole privada. Com a inquirição aos últimos procurámos afinar o instrumento de inquirição a aplicar na fase seguinte.

A terceira fase contemplou um estudo de caso, na aldeia de Travassos, freguesia do Bilhó, concelho de Mondim de Basto, sobre o *Plano de Valorização do Património Rural de Travassos*³ e sobre o qual se desenvolve este artigo. Entre vários critérios, a escolha deste PI para estudo de caso residiu principalmente no adiantado estado de implementação do mesmo, uma vez que algumas das intervenções estavam já finalizadas, o que, à partida, permitiria uma melhor análise do impacto destas. Para o efeito, foi inquirida a população local. Em ambas as fases de inquirição recorreu-se à entrevista semi-directiva.

³ Doravante, por razões de simplificação textual, será utilizada somente a expressão PI de Travassos.

No estudo de caso em Mondim de Basto foram realizadas 30 entrevistas. Procurando captar ao máximo a percepção da população, estas contemplaram não só proponentes privados de projectos de recuperação de fachadas tradicionais, como também desistentes e pessoas não aderentes. Os resultados serão adiante apresentados de uma forma agregada.

TRAVASSOS: UMA ALDEIA DE MONTANHA EM TERRAS DE BASTO

Travassos é uma pequena aldeia de montanha, com altitude média de 700 a 850 m, localizada na proximidade do Parque Natural do Alvão, na cadeia montanhosa definida pelas Serras do Alvão e do Marão. Segundo a CMMB (2002), a aldeia tem acusado ao longo dos tempos a sua interioridade, pelo que se têm verificado fenómenos de desertificação, isolamento e consequente marginalização sócio-económica.

Não dispondo de informação estatística relativa à caracterização sócio demográfica do agregado populacional em análise, podemos apenas afirmar que, tal como outras aldeias de montanha, e considerando a informação recolhida durante o trabalho de campo, a população de Travassos encontra-se envelhecida, apresenta baixos níveis de escolaridade e tem a agro-pecuária como uma das principais actividades. O rendimento dos mais velhos assenta sobretudo em pensões de reforma.

O plano de valorização do património rural da aldeia de Travassos – objectivos e intervenções

A entidade promotora do PI de Travassos foi a Câmara Municipal de Mondim de Basto (CMMB). Com os vários projectos integrados neste PI, a edilidade local teve como objectivo geral e orientador *“preservar e valorizar a identidade da aldeia de Travassos, melhorando a sua atractividade e potenciando o seu desenvolvimento económico e social, através do aproveitamento dos recursos naturais e arquitectónicos, num quadro de investimento de carácter público e privado”* (CMMB, 2002, p.48).

Assim, como projectos da componente pública do PI, tivemos: a recuperação da antiga escola primária, entretanto desactivada por falta de alunos, para dinamização de actividades culturais e sociais, formação profissional e actividades recreativas; a requalificação de diversos espaços públicos, nomeadamente, a área envolvente à igreja e a criação de espaços verdes no interior do núcleo rural; a recuperação de estruturas religiosas, como as alminhas e a via-sacra; a recuperação de infra-estruturas de uso colectivo, como lavadouros e fontanários; a recuperação e limpeza de alguns muros ao longo dos caminhos da aldeia, bem como a beneficiação de pequenos acessos às habitações; a recuperação da Ponte Romana; e, por fim, a colocação de sinalética em locais de interesse.

Quanto aos projectos da componente privada, o PI contemplou 46 projectos de candidatura para a recuperação de fachadas e construções tradicionais, nomeadamente espigueiros. Destes projectos fizeram parte operações de limpeza e recuperação de vãos, varandas, coberturas, cornijas e chaminés e substituição de portas e janelas.

Não obstante todas as intervenções de recuperação patrimonial garantidas pela aplicação da subacção 7.1 da Medida AGRIS, importa ainda referir que a implementação do PI na aldeia potenciou o desenvolvimento de outros projectos de

índole pública não financiados por este mecanismo, como o alargamento da estrada que conduz ao interior do núcleo e a abertura de uma outra de ligação a uma aldeia vizinha.

O desenvolvimento pela activação patrimonial – a opinião da população de Travassos

Como frisado anteriormente, assume-se aqui que as populações não só são destinatários do desenvolvimento, como também agentes activos deste, considerando-se importante a opinião da população de Travassos relativamente ao processo de activação patrimonial ocorrido na aldeia. Como tal, a informação adiante apresentada assume praticamente um carácter de discurso directo.

Envolvimento dos agentes locais

Para a implementação dos PI visitados na fase exploratória, os contactos iniciais das instituições promotoras com as populações foram estabelecidos por meio de três canais de comunicação: o contacto directo, beneficiando do reconhecimento das instituições envolvidas e dos seus técnicos; através dos párocos das freguesias integrantes das Zonas de Intervenção (ZI), considerados informantes chave credíveis; e por intermédio das Freguesias das ZI. De qualquer forma, em fases mais adiantadas do processo de implementação dos PI foi valorizado o contacto directo com as populações, pelo que os técnicos se deslocaram amiúde ao terreno, promovendo, na maior parte dos casos, um contacto porta-a-porta. Desta forma, os promotores dos PI procuraram garantir credibilidade à iniciativa e colmatar fenómenos de desconfiança que, de resto, são referenciados como um entrave à implementação de qualquer tipo de iniciativa que pretenda promover o desenvolvimento local.

O PI de Travassos foi um dos que maior adesão teve por parte da população e que menos desistências registou. A isto se deve o forte envolvimento do corpo técnico da autarquia, de autarcas e do pároco da freguesia na fase inicial e o acompanhamento quase diário das obras de recuperação, a par de uma ajuda permanente para tratar das questões burocráticas da candidatura.

Segundo os promotores privados, apesar de uma esmagadora maioria não conhecer em profundidade o mecanismo de financiamento, todas as dúvidas que se levantaram durante a fase de implementação e execução do PI foram esclarecidas. Na verdade, todos os procedimentos burocráticos foram acompanhados de perto pelo corpo técnico da autarquia, o que levou, na maior parte dos casos, a que se suprimisse o contacto dos proponentes privados com a Direcção Regional de Agricultura do Entre Douro e Minho, entidade responsável pela fiscalização e acompanhamento dos investimentos.

No que concerne às normas de recuperação, em termos arquitectónicos, cada projecto privado foi alvo de uma preparação detalhada por parte da entidade proponente do PI, que dispunha duma equipa pluridisciplinar para o efeito.

Motivações para adesão ao processo de activação patrimonial

São diversas as motivações dos proponentes privados dos projectos de recuperação patrimonial de Travassos. A principal motivação, em 76,7% dos casos, prende-se com a possibilidade de obtenção de uma ajuda financeira de 50% do valor elegível do projecto,

até porque muitos referem que de outra forma ser-lhes-ia impossível suportar o investimento total.

Segue-se a melhoria das condições de habitabilidade (56,7% dos casos), em função da recuperação das fachadas e dos telhados. O caso dos telhados é paradigmático, uma vez que vários deles tinham já perdido a sua principal função de impermeabilização. Foram relatados casos em que chovia no interior das casas antes das obras de recuperação e ainda constatámos que chovia no interior da habitação duma família que não era proponente.

Em 33,3% dos casos, a adesão ao PI surge de uma anterior intenção de recuperação dos imóveis. Isto porque se verificou uma preocupação de carácter emocional em relação ao património a recuperar, designadamente pelo facto das estruturas terem sido legadas aos proponentes por familiares próximos (pais, avós, etc.), ou até por se pretender deixar em legado o património a gerações vindouras.

Por fim, apenas 3 dos inquiridos (10%) referem motivações de índole cultural. Para estes, o património é entendido como um “*bem comum*”, o qual importa preservar por constituir uma importante marca histórica. Importa no entanto salientar que esta motivação é referida pelos três inquiridos mais jovens e com níveis de escolaridade e rendimento mais elevados.

Problemas/dificuldades sentidas no decurso do processo de activação patrimonial

Se a ajuda financeira constituiu por si só a principal motivação para a adesão da população ao PI de Travassos, ela é igualmente apresentada como o principal problema. De facto, 46,7% dos inquiridos considera a ajuda baixa. Por outro lado, os inquiridos não aderentes referem não o ter feito devido à impossibilidade de garantirem os 50% dos capitais próprios necessários para a realização das obras.

O segundo problema mais referido prende-se com o que as pessoas consideram ser um excesso de carga burocrática (36,7%). Este problema é também partilhado pelos técnicos inquiridos na fase de visitas exploratórias. Estes admitiram ter de se deslocar frequentemente com as pessoas para obter determinado tipo de documentação ou tratar de trâmites processuais, sob pena destas desistirem da iniciativa. Em verdade, vários inquiridos demonstraram pouco à vontade para tratar de qualquer tipo de documentação. Por outro lado, relembremos que, no caso dos meios rurais em geral e de Travassos em particular, falamos maioritariamente de uma população idosa, pouco letrada, afastada das lides burocráticas e com poucos recursos económicos, o que, na maior parte dos casos, lhes reduz substancialmente a mobilidade. Há ainda alguns passos burocráticos passíveis de gerar a desconfiança entre os promotores, nomeadamente, a disponibilização do número de identificação bancária para transferência das ajudas, o reconhecimento de assinaturas, etc.

Algumas exigências burocráticas e consequentes atrasos processuais nas candidaturas são responsáveis por muitas desistências. Retornando a Travassos, alguns inquiridos viram-se obrigados a desistir ainda numa fase inicial, pelo facto de não terem as provas de titularidade dos imóveis a recuperar, dado que no passado as “*coisas passavam de boca*”. Este facto é mais penoso quando envolve estruturas vernaculares de utilização comunitária, como moinhos de água ou espigueiros. Nestas situações, ou não

se consegue determinar os actuais proprietários, na sequência de diversos processos de herança ou, quando determinados, estes não se entendem sobre em que nome deve ficar a prova de titularidade.

Para 23,3% dos inquiridos foram colocadas demasiadas exigências no que respeita às técnicas e materiais a utilizar nas obras de recuperação. Para estes, os fundos deveriam ser aplicados da forma que mais conviesse aos proponentes privados. Não obstante, para a maioria, inclusive dos que manifestaram a opinião anterior, a orientação técnica prestada pela CMMB foi muito importante para manter a traça tradicional local. De qualquer forma, a imposição de normas de recuperação ditou, segundo alguns inquiridos, algumas desistências entre os promotores privados e levou a que outras pessoas não aderissem.

Alterações ao nível de qualidade de vida da população? Quais?

Uma vez que o trabalho de campo foi realizado antes da conclusão do PI, foram indagadas as possíveis alterações da qualidade de vida na aldeia de Travassos, ao nível das perspectivas de alteração. Assim, uma clara maioria dos inquiridos (70%) considerava que a qualidade de vida iria experimentar um incremento. A principal razão apontada para este facto, em 53,3% dos casos, encontra-se relacionada com a melhoria das condições de habitabilidade e conforto das habitações. Importa referir que as melhorias constatadas prendem-se também, nalguns casos, com obras de beneficiação e ampliação de espaços no interior das habitações, potenciadas pelas primeiras. Um outro sinal do incremento das condições de vida é a vinda de mais pessoas à aldeia, particularmente de turistas, trazidos pela mão dos que a abandonaram em procura de melhores condições de vida.

Sendo apenas perceptível no discurso dos inquiridos através de uma análise de conteúdo, o aumento dos níveis de auto-estima é referido apenas por 10% dos inquiridos como um dos principais factores que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população. Expressões do tipo “*a aldeia está mais bonita!*” e “*dá mais gosto cá viver!*”, exortam ao aumento da auto-estima, de sentimentos de orgulho e pertença, sendo, de resto, uma tónica ao longo das entrevistas. Por fim, há ainda quem considere que só pelo financiamento atribuído as condições de vida melhoraram.

Não obstante a opinião dominante e as razões apontadas nos parágrafos anteriores, há ainda quem seja céptico em relação à melhoria da qualidade de vida (20%) e quem discorde por completo (10%). Para este pequeno grupo de pessoas, este tipo de iniciativas só seriam verdadeiramente positivas se simultaneamente fossem contempladas outras. Deveria assim visar-se a melhoria no interior das habitações, pela instalação de água canalizada e esgotos, assim como a criação de emprego e a geração de riqueza na aldeia, designadamente pelo desenvolvimento do sector turístico, apontado como estratégia de desenvolvimento local.

Avaliação da implementação do processo de activação patrimonial

Como é naturalmente expectável, a avaliação da implementação do PI de Travassos por parte da população encontra-se relacionada com as motivações, as expectativas e com os problemas sentidos pelos proponentes.

De uma forma generalizada (83,3%), a avaliação feita pelos inquiridos é altamente positiva, sendo que apenas uma pequena parte apresenta uma maior relutância a este respeito (16,7%). A valorização estética proporcionada à aldeia é o aspecto mais referido. Recorde-se que *“a aldeia está mais bonita!”*.

Segue-se o que os inquiridos consideram ser um importante incentivo anímico/psicológico à recuperação do património e da traça rural. Este facto ficar-se-á maioritariamente a dever a estímulos induzidos pelas intervenções operadas no seu conjunto. Paralelamente, há quem avalie positivamente este tipo de iniciativa pelo mero estímulo financeiro, uma vez que possibilita a realização de intervenções de recuperação a quem não detenha fartos recursos económicos. A melhoria das condições de habitabilidade e conforto das habitações, como seria expectável, é outro aspecto apontado para a avaliação positiva deste tipo de iniciativa.

Os aspectos menos abonatórios, que levam a uma maior relutância em termos avaliativos por parte de alguns inquiridos, prendem-se com falhas de comunicação ocorridas entre a CMMB e a população; com a imposição de regras estéticas e funcionais, nomeadamente pelos materiais e soluções técnicas a adoptar; e com o que consideram ser uma má aplicação dos fundos destinados à componente pública do PI.

Em relação ao último aspecto, e quando convidados a manifestarem-se especificamente acerca dos investimentos realizados na componente pública do PI, já uma maioria dos inquiridos (53,3%) considera que parte dos fundos não foi aplicada da melhor forma. A situação mais mencionada é a recuperação de alguns muros de sustentação, cujo financiamento deveria ser canalizado para outras infra-estruturas em falta. Segue-se o investimento empregue no arranjo urbanístico da Ponte Romana e área envolvente, cujos fundos dispendidos não se reverterão em benefícios para a população, uma vez que a maioria, idosa, nunca poderá fruir do espaço. A criação de uma rede interna de esgotos e a melhoria dos caminhos rurais e estradas circundantes ao núcleo rural eram obras de carácter prioritário. Na opinião dos inquiridos mais jovens a CMMB deveria ter consultado a população relativamente aos investimentos a realizar. Não obstante, a recuperação da antiga escola primária e do largo da igreja são, por razões de forte apego emocional, projectos consensuais.

Independentemente da avaliação realizada, 20% dos inquiridos consideram que iniciativas deste tipo podem e devem potenciar iniciativas futuras que permitam a fixação das pessoas.

Dinâmicas turísticas e demográficas

Considerando o forte incremento estético experimentado pelo núcleo rural de Travassos, que proporcionou, como vimos, o aumento da atractividade da aldeia, os inquiridos foram questionados acerca das diferenças observadas ao nível da afluência de visitantes. Assim, para a maioria (53,3%), no período que mediou o arranque das obras e o trabalho de inquirição, altura em que as intervenções ainda não tinham terminado, registou-se logo um aumento da afluência de visitantes ao núcleo rural. Para alguns, tal facto ficou a dever-se à mediatização em torno do PI de Travassos, levada a cabo por alguns meios de comunicação social regional, e pela vontade de algumas pessoas acompanharem de perto as intervenções de recuperação.

Em termos futuros, a maioria dos inquiridos considera que a afluência de pessoas aumentará, não só por força do fenómeno turístico, como devido aos familiares dos habitantes locais que, ao encontrarem melhores condições de permanência, ali se deslocarão mais vezes. Estas pessoas acreditam que as segundas habitações registarão um incremento. De resto, durante o trabalho de campo, tomámos conhecimento de várias casas que tinham sido recuperadas com o propósito de se tornarem habitações secundárias. Para dois inquiridos, que se encontravam nesta situação, a ajuda financeira proporcionada pela iniciativa foi preponderante.

Ainda a este respeito, podemos acrescentar que determinadas estruturas vernaculares, outrora afectadas unicamente à actividade agro-pecuária, são agora recuperadas e valorizadas pela afectação a novas utilizações, nomeadamente habitações secundárias. Um dos inquiridos procedeu à reconversão de uma pequena casa do lagar, praticamente em ruínas, numa casa de fim-de-semana. Este afirma ainda que, quando se reformar, retornará definitivamente à aldeia. Por outro lado, a pensar numa futura reconversão, de palheiros e estábulos, alguns habitantes decidiram aproveitar a oportunidade de financiamento.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Com um carácter marcadamente genérico, verifica-se que a activação do património enquanto estratégia para o desenvolvimento local, através da aplicação de mecanismos de financiamento, nomeadamente a subacção 7.1 da Medida AGRIS, constituiu um importante passo para o desenvolvimento das áreas intervencionadas, uma vez que estão garantidos a curto, médio e longo prazo, claros benefícios nos domínios social, económico e cultural.

Em termos práticos e imediatos, observa-se alguma melhoria nas condições de habitabilidade e conforto das habitações. Simultaneamente, dá-se um incremento na vertente estética dos núcleos rurais intervencionados, o que, à partida, poderá garantir novas dinâmicas no seio das comunidades. Reúnem-se assim novas condições que evitam tendências de fuga e que poderão garantir a atracção de novos habitantes. Por outro lado, poderão ser atraídos mais visitantes, os quais poderão ser responsáveis por um reforço da economia local, assente no fenómeno turístico. Finalmente, assinala-se a importância da criação e requalificação de equipamentos, infra-estruturas e espaços públicos, garantindo um espaço funcional e aprazível capaz de assegurar novas sociabilidades. Tudo isto possibilita o ressurgir de sentimentos de auto-estima, orgulho e pertença.

Em termos culturais, iniciativas deste tipo possibilitam a recuperação e valorização do saber-fazer tradicional, assim como a valorização de uma das mais importantes marcas culturais expressas nas paisagens rurais, o património construído vernacular, fruto da harmonia entre o “*arquitecto espontâneo*” e o meio. O mecanismo de financiamento em análise permitiu também a instalação de núcleos museológicos que, ao retratarem identidades e períodos históricos, possibilitam o conhecimento.

Por fim, constata-se que a activação do património, mormente no âmbito da aplicação da subacção 7.1 da Medida AGRIS, abre portas à criação de dinâmicas de

desenvolvimento integrado, no qual as intervenções levadas a cabo não podem ser encaradas como um fim, mas sim como um meio.

No que concerne a sugestões futuras, parece-nos importante a dinamização de acções de sensibilização que visem a criação de uma consciência colectiva em torno da recuperação e valorização do património enquanto recurso para o desenvolvimento.

No caso de acções de activação patrimonial através de mecanismos financeiros, como o que aqui foi alvo de análise, seria importante promover um processo de desburocratização ou simplificação processual, no sentido de garantir uma mais eficaz implementação dos planos de intervenção; envolver as populações, numa perspectiva integrada e integradora, na definição dos investimentos públicos a realizar nas zonas de intervenção; e, desde logo, aproveitar o dinamismo gerado ao nível do exercício da cidadania e os altos índices motivacionais para implementar outras iniciativas que promovam o desenvolvimento entre as comunidades rurais.

Resumidamente, a activação do património, com todas as garantias que oferece, não deve ser encarada como uma panacea, pelo que deve ser enquadrada em estratégias de amplo espectro ao nível do desenvolvimento.

AGRADECIMENTO

Uma palavra especial de apreço à população de Travassos pela disponibilidade, ajuda e bons momentos proporcionados durante o trabalho de campo.

REFERÊNCIAS

- [1] Alvarez, J. G. (s.d.): *Inventário do património cultural construído*, Serviço de Estudos do Ambiente – Secretaria de Estado do Ambiente, Lisboa.
- [2] Baptista, F. O. (2001): *Agricultores e Territórios*, Celta Editora, Oeiras.
- [3] Barros, V. C. (2003): *Desenvolvimento Rural, Intervenção Pública, 1996 – 2002*, Terramar, Lisboa.
- [4] Brito, J. P. (2003): Museu, memória e projecto, In: José Portela & João Castro Caldas (Ed), *Portugal-Chão*, Celta Editora, Oeiras, 265-277.
- [5] Câmara Municipal de Mondim de Basto (CMMB) (2002): *Plano de valorização do património rural da aldeia de Travassos*, acessível na Câmara Municipal de Mondim de Basto.
- [6] Carvalho, P. (2001): Património, território, actores e desenvolvimento rural sustentável. O Ecomuseu da Lousã. Desafio ou utopia?, In: *Actas I Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real.
- [7] Carvalho, P. (2003): Património cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural, In: Lucília Caetano (Ed). *Território, do global ao local e trajectórias de desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 199-227.

- [8] Castelo, A. & Ferreira, C. C. (1991): Segunda habitação em meio rural: Fontanelas, uma aldeia no concelho de Sintra, In: *Comunicações do I Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Lisboa.
- [9] Cavaco, C. (1999): O mundo rural português: desafios e futuros?, In: Carminda Cavaco (Ed), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, Lisboa, 135-148.
- [10] Cavaco, C. & Ramos, A. S. (1994): *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*, Programa das Artes e Ofícios – Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- [11] CCRC (s.d.): *Programa das Aldeias Históricas de Portugal – Aldeias Históricas de Portugal*. Comissão de Coordenação da Região Centro, [S.L.].
- [12] *Circular de aplicação da subacção 7.1 da Medida AGRIS*, revisão em Janeiro de 2004.
- [13] Cordovil, F. (1997): Desenvolvimento rural e a conservação do campo, *Revista Dinâmia do Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica*, n.º 7, 1-12.
- [14] Covas, A. (1999): *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas*, DGDR, Lisboa.
- [15] Figueiredo, E. (2003): *Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*, Universidade de Aveiro – Departamento de Ambiente e Ordenamento, Aveiro, Dissertação de Doutoramento.
- [16] Guillaume, M. (2003): *A política do património*, Campo das Letras, Porto.
- [17] Menéres, A. (1987): Património: bem conhecer para bem defender, *Separata do boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 31, 3-6.
- [18] Monteiro, N. G. F. (2003): A patrimonialização do espaço social rural e o património edificado – Algumas notas, In: José Portela & João Castro Caldas (Ed), *Portugal-Chão*. Celta Editora, Oeiras, 217-229.
- [19] Moreira, J. (2005): *A recuperação do património e o desenvolvimento rural – Avaliação da aplicação da subacção 7.1 da Medida AGRIS numa aldeia do Entre Douro e Minho*, Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária, Coimbra, Relatório de Licenciatura em Engenharia Agro-Pecuária.
- [20] Peixoto, P. (1997): *Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização*, Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia, Coimbra, Dissertação de Mestrado em Sociologia.
- [21] Peixoto, P. (2002): Os meios rurais e a descoberta do património, *Revista da Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n.º 175, 1-15.
- [22] Pérez, X. P. (2003): Patrimonialização e transformação das identidades culturais, In: José Portela & João Castro Caldas (Ed), *Portugal-Chão*, Celta Editora, Oeiras, 231-247.
- [23] Portela, J. F. G. (1979), *Algumas considerações sobre o desenvolvimento rural em Trás-os-Montes*, Instituto Politécnico de Vila Real, Vila Real.